Proletários de todos os países, unam-se!

PROLETÁRIO

PREÇO Cr$ 40 — Nº3 NOVEMBRO 81-JANEIRO 82

O circo eleitoral já começou!

A um ano das eleições, a lona do circo democrático já foi içada: já se está em plena campanha eleitoral! Os candidatos entregam-se com virtuosismo aos números de contorsionismo retórico; os partidos parlamentares realizam complicados equilibrismos eleitoreiros, conchavando, fazendo alianças, caçando personalidades que lhes dêem algum votinho a mais; e os prestidigitadores de todas as tendências do Grande Circo Democrático (em especial os da ex-esquerda revolucionária) tiram das suas cartolas verde-e-amarelas os coelhos de programas econômicos destinados a salvar o País (com maiúscula) da crise. Decididamente, o circo eleitoral já começou.

Se, à escala da evolução histórica mundial da dominação burguesa, as instituições parlamentares deixaram de ser um centro de decisão política com o advento do imperialismo e da submissão da economia ao capital financeiro, que subordinou a si o poder político, aqui por estas plagas elas nunca foram mais que uma simples figura decorativa. O centro do poder político *sempre* esteve fora daí: nas mãos das oligarquias locais, ao início, e recentemente em mãos das forças que, com ou sem farda, encarnam o grande capital, internacional e nativo.

Se, à escala da evolução histórica mundial da dominação burguesa, as instituições parlamentares deixaram de ser um centro de decisão política com o advento do imperialismo e da submissão da economia ao capital financeiro, que subordinou a si o poder político, aqui por estas plagas elas nunca foram mais que uma simples figura decorativa. O centro do poder político *sempre* esteve fora daí: nas mãos das forças que, com ou sem farda, encarnam o grande capital, internacional e nativo.

(segue na últ. pg)

A luta pela casa

A onda de invasões de terrenos baldios nas grandes cidades, é mais um índice do potencial explosivo multiforme que vem se acumulando com a crise capitalista. Como esta, a luta pela casa não é um fenômeno local, mas internacional (ver as ocupações de imóveis vazios na Alemanha, Itália ou Venezuela). E do mesmo modo que esta, também deverá agravar-se e generalizar-se, pois irão se agravando os fatores que a engendram: desemprego, baixos salários, hipertrofia das cidades com a migração crescente dos campos, etc.

(segue na pg 2)

SUMÁRIO

- El Salvador: As raízes da violência
- Polônia: Um ponto nevrálgico da ordem imperialista mundial
- Hipocrisia militarista
- Ou ditadura do proletariado, ou ditadura da burguesia
- O PT na linha da social-democracia

A CONCLAT

Rumo ao sindicalismo democrático

Para os esquerdóides, o número de participantes operários e camponeses presentes à I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), realizada na Praia Grande de 21 a 23 de agosto, bastaria para defini-la como expressão de um movimento classista.

Quanto aos mais ingênuos, este modo de ver pode ser considerado como o fruto de uma ilusão de ótica, que os faz confundir as potencialidades de um movimento pelo que ele realmente é. Como um movimento físico, o que caracteriza um movimento social e político não é apenas a sua composição, mas a sua direção, o rumo a que é apontado pelas suas direções. Quanto à totalidade dos grupos "de esquerda", porém, a exaltação da CONCLAT faz parte apenas de sua política costumeira de pôr o movimento operário a reboque do *peleguismo democrático* (se não do velho peleguismo oficial dos Joaquinzões e congêneres) e de apresentar os conchavos entre as cúpulas do sindicalismo democrático (= de colaboração de classes) como expressão do movimento de classe.

Não há a menor dúvida de que a presença daqueles operários e camponeses, verdadeiros militantes da classe, pudesse ser um indício da existência de uma tendência profunda a dotar-se de um centro organizativo, de uma orientação unitária de luta à escala nacional; mas uma tendência ainda embrionária, por não estar cristalizada em organizações classistas de base e ainda bastante imatura, para deixar-se manobrar por estes agentes da burguesia, que são as forças da igreja, do peleguismo clássico e do neopeleguismo dos sindicalistas (à Lula e consortes) que se fazem passar por autênticos, e até classistas. No entanto, deve-se ter a consciência de que aquele potencial classista, revelado por esta presença dentro e às portas da CONCLAT, só poderá transformar-se em força e movimento realmente classistas *se se libertar das direções pelegas e democráticas*, que neutralizam este potencial canalizando-o para o pântano do negociacionismo, do protesto estéril, do legalismo - em suma, da colaboração de classes.

(segue na pg 3)

A luta pela casa

(cont. da pg 1)

Esta luta chama por uma solidariedade irrestrita e ativa de todos os trabalhadores, por representar uma forma de defesa contra um dos múltiplos efeitos da pressão e exploração capitalista sobre o conjunto da classe operária e das massas trabalhadoras exploradas. Esta solidariedade, em particular de parte do proletariado industrial, é indispensável para que os invasores possam enfrentar eficazmente a burguesia que, apavorada ante o atentado contra a sacrossanta propriedade privada, mobiliza as suas forças para reprimir os movimentos de invasão de terras.

Sem dúvida, a organização desta solidariedade de classe acha-se hoje tremendamente dificultada pela situação de apatia, de refluxo relativo do movimento operário fabril. No entanto, não obstante todas as dificuldades presentes, deve-se começar *desde já* a levar adiante uma atividade constante neste sentido, a começar por uma propaganda permanente sobre este problema, assim como, aliás, sobre todos os problemas prementes relativos às condições de vida gerais da classe trabalhadora. É preciso ter-se a clarividência e *a coragem* de compreender que o movimento operário ainda se acha em seus primeiríssimos passos e que, portanto, as vanguardas operárias têm que começar, praticamente da *estaca zero*, sua obra de organização elementar e de avivamento da consciência de classe.

É fundamental, neste árduo trabalho, educar a classe operária a reagir contra todo ataque da burguesia a qualquer fração do proletariado (como, por exemplo, as expulsões dos invasores), bem como a apoiar todo movimento contra os efeitos da exploração capitalista. É preciso, antes de mais nada, incutir na classe operária a consciência de que os problemas e as lutas de qualquer categoria proletária concernem a toda a classe, a fim de criar um verdadeiro *reflexo condicionado* de solidariedade de classe. Trata-se, pois, não só de fazer a propaganda das lutas e suas exigências, bem como dos métodos da solidariedade de classe, que são a antítese das petições e pacíficas delegações dos pseudo-líderes dos trabalhadores às autoridades, como as que organizaram os Aurélios e Irmas. Eles se baseiam, ao contrário, na *ação direta*, isto é, na pressão sobre a burguesia e seu Estado através de uma *mobilização efetiva* da classe segundo as formas que as relações de força do momento possibilitem: das pequenas ações de apoio material e de propaganda, às moções, manifestações públicas, assembléias, e até à própria greve, parcial ou geral, de solidariedade.

Esta solidariedade de classe é a condição fundamental para a união efetiva dos trabalhadores na luta imediata de defesa contra a exploração e a opressão capitalistas, plataforma da luta mais vasta pela revolução proletária, comunista. Só esta poderá dar uma solução real ao problema da moradia, com a nacionalização da terra, a expropriação dos imóveis vazios (que existem em enorme quantidade) destinados à especulação, bem como daqueles que são utilizados com fins anti-sociais e parasitários. São estas algumas das primeiras medidas imediatas que tomará a ditadura proletária, no rumo da abolição do antagonismo entre a cidade e o campo e da repartição racional da população pelas áreas habitáveis do globo terrestre, a que se chegará na sociedade integralmente comunista.

NOS DISTINGÜE

A linha que vai de Marx a Lênin, à fundação da Internacional Comunista e do Partido Comunista da Itália (Livorno, 1921); a luta da Esquerda Comunista contra a degeneração da Internacional, contra a teoria do "socialismo num só país" e a contra-revolução stalinista; o repúdio das Frentes Populares e dos blocos da Resistência; a dura obra de restauração da doutrina e do órgão revolucionários, em contato com a classe operária, fora da politicagem pessoal e eleitoreira.

A tática do pelego

O jornal *Voz da Unidade* nº 79 (23 a 30.10.81) - que, como se sabe apóia o Joaquinzão, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e até tem muitos de seus "amigos" participando junto com o pelegão da diretoria do dito sindicato - publica umas declarações edificantes do seu "amigo" Francisco Campos, "diretor de setor" do sindicato. O Campos revela qual o verdadeiro objetivo da tática do pelego consistente em promover reuniões empresa por empresa, em detrimento das assembléias gerais, para "preparar" a campanha salarial. *"A estrutura que se formou no sindicato tem hoje aproximadamente 20 diretores que dividem entre si a função de organizar as empresas entre os 23 setores em que se subdividiu a cidade. Segundo o diretor do sindicato, a necessidade da formação deste esquema se tornou patente no ano de 79* (isto é, com a greve metalúrgica que atrapalhou a vida do pelego Joaquim. Eis por quê:) - *Os grupos radicais vinham no sindicato baderna as assembléias, mas agora a estrutura que se formou impede que esse tipo de transtorno* (a combatividade operária é uma "baderna" e um "transtorno" para esta canalhada!) *volte a acontecer, com as comissões garantindo o desempenho das campanhas salariais - enfatiza Campos".*

O enfático pelego Campos ratifica, assim, o que os militantes operários de vanguarda já denunciaram, desmascarando a hipócrita alegação da pelegada de que a campanha empresa por empresa era para fortalecer e organizar a categoria. Gratos por esta involuntária confissão.

Para se gravar na memória da classe

A Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras só conseguiu dar à luz, em matéria de perspectiva de luta, uma estúpida e inofensiva petição ao presidente e a convocação de um pseudo "dia de luta". Em suma, resoluções de um total vazio no que concerne aos métodos e objetivos de luta e que, portanto, não contribuirão nem um pouco à constituição de um movimento de classe. Há 75 anos atrás, em abril de 1906, reunia-se no Rio o Primeiro Congresso Operário-Brasileiro, de alcance histórico bastante diferente e que, apesar das aberrações políticas do anarco-sindicalismo que nele predominaram, deixou ao movimento operário uma contribuição histórica indelével em suas resoluções. Enquanto as resoluções da CONCLAT merecem, no máximo, as latrinas da história, as daquele Congresso merecem ficar gravadas na memória da classe. Apenas uma citação, para demonstrar o abismo intransponível existente entre aqueles precursores do movimento de classe e os atuais fazedores de petições: "Quais os meios de ação que o operariado, economicamente organizado, pode usar vantajosamente? (...) o "Primeiro Congresso Operário Brasileiro" aconselha, como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos, todos aqueles que dependam do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label e a manifestação pública, variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento".

o o o

Rumo ao sindicalismo democrático

(cont. da pg 1)

Por sua orientação geral, sua organização e sua direção, a CONCLAT não foi absolutamente a expressão das potencialidades classistas daqueles militantes operários e camponeses que iludiam-se (melhor: *foram iludidos*, por curas e esquerdistas) de nela poder encontrar um "pólo" de organização classista. Ao contrário, ela foi em sua substância um movimento de pelegos.

No nosso número precedente, apreciamos a preparação da CONCLAT, que já demonstrava seu caráter pelego. As suas resoluções confirmaram plenamente que, longe de aviar um movimento classista, a CONCLAT é mais um passo rumo ao *sindicalismo democrático*.

O "DIA DE LUTA"

Depois de enumerar uma série de reivindicações "econômicas" gerais, a maioria delas acertadas (até o pior pelego é capaz de agitar reivindicações classistas; o x do problema está em *como* lutar por elas), estipula-se um calendário onde se prevê a entrega das reivindicações ao Presidente da República no dia 1º de outubro, dando à sua excelência um prazo de 45 dias de meditação, ao cabo dos quais o governo deverá dar uma resposta... Tem mais: o dia de entrega da petição é batizado como "dia nacional de luta", dia este que, afinal, foi reduzido a duas horinhas bem no finzinho do expediente (17 às 19h), e luta esta que se resumiu a escutar os discursos demagógicos do pelego ou do deputadinho "de oposição", e depois ir para a casa assistir a novela das 8. Em suma, um "dia de luta" daqueles que o sindicalismo democrático europeu, por exemplo, convoca sempre que é preciso tapear os operários e esvaziar a tensão social...

Nem é preciso acrescentar que durante o tal prazo de 45 dias não se realiza nenhuma mobilização, nenhuma pressão de classe; nada! Afinal, para meditar sobre tão profundos quesitos e decidir *imparcialmente*, sua excelência precisa de tranquilidade social e paz de espírito!

Pretendendo que o Estado possa solucionar o conflito de classes favoravelmente aos trabalhadores, só se pode fortalecer a concepção burguesa de que aquele paira acima das classes e é capaz de agir com justiça, beneficiando as classes exploradas, enquanto que, na realidade, o Estado é a instância organizada do poder da classe dominante. Qualquer concessão deste ao proletariado será fruto de uma luta de classe acirrada, onde a vanguarda de classe deve ter claro (e dizê-lo sempre) que algumas reformas e concessões não mudarão em nada o sistema capitalista, devendo ser levadas como parte de uma luta a mais longo prazo pela derrocada final do mesmo. Com as petições e práticas semelhantes, que levam a crer que a classe operária pode esperar obter alguma "graça" do Estado burguês, só se confunde os operários e se os mantêm na dependência ideológica da burguesia.

A GREVE GERAL

Mas, para darem-se ares belicosos, os pelegos da CONCLAT acenam com a palavra de ordem de greve geral, caso o Estado não responda favoravelmente. Já aludimos, no número anterior, a que esta greve geral de que falam é pura demagogia, que serve apenas para aplacar com uma miragem a vontade de luta de muitos operários. Cabe, porém, voltar a este tema, que adquiriu grande relevo. Desenvolveu-se em torno da CONCLAT uma mentalidade que tende a negar a validez das greves isoladas, a título de se passar logo à greve geral. Não há a menor dúvida de que uma greve geral é mais possante e capaz de pressionar as classes dominantes, o patronato; que é uma forma de luta superior à greve numa empresa, numa categoria. Mas não se compreende que uma greve geral organizada tem que ser preparada por diversas batalhas prévias, onde os operários somam lições, experimentam a solidariedade militante, aprendem a se organizar e *cristalizem um mínimo de organização de base*, que se interligue numa rede organizativa que lhes permita travar o combate unitário em escala nacional. Sem isto, poder-se-á chegar, no máximo, a uma greve geral espontânea, uma explosão sobre a qual, porém, a classe não terá controle.

No entanto, no espírito dos Conclatistas, a greve geral aparece como negação e superação metafísica dos movimentos isolados e, de fato, enquadra-se na concepção colaboracionista e democrática da "greve geral" de um dia, se não de algumas horinhas, com data marcada com grande antecedência e final pre-determinado. Ou seja, é apenas uma forma de desmobilizar e desmoralizar a classe operária e levá-la a abominar suas armas de classe. Em suma, é uma greve *pelega*. Tanto assim, que os dirigentes da CONCLAT barraram os líderes da greve da Fiat (v. *Proletário* nº 2) por que eles foram expulsos do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio pelo pelegão Pimentel. Os companheiros da Fiat estiveram lá na porta da CONCLAT para protestar, mas a CONCLAT - que, dizem, é classista - não aprovou sequer uma moção de solidariedade a esses companheiros, que foram demitidos da fábrica após 42 dias de luta. É assim que se pretende preparar a greve geral...

A CUT

Outra resolução da CONCLAT concerne à CUT. Depois de uma longa discussão, aceita-se a constituição de uma comissão pró-CUT, que deverá encaminhar as resoluções e preparar o Congresso dos Trabalhadores, em 82. Mas que poderá ser esta Central Única, se não uma central sindical baseada na estrutura sindical atual, apenas modificada, e nos mesmos líderes sindicais (pelegos) que existem hoje? Seria apenas questão de alterar a legislação trabalhista, que proíbe organismos gerais e nacionais englobando todas as categorias de trabalhadores.

Sem dúvida, uma central *de classe* representaria um grande passo adiante, já que seria um órgão poderoso para a unificação e a centralização das lutas. Mas é um erro colossal (para não dizer uma traição, qualificativo perfeitamente aplicável no caso dos articuladores da CUT) imaginar que uma central *de classe* possa surgir como fruto de acordos entre as cúpulas pelegas. Mais uma vez, na ausência de organizações (ainda que embrionárias) operárias que se coloquem num terreno de classe, que hoje não existem e que seriam as únicas forças capazes de criar uma Central que representasse efetivamente a classe operária, a CUT só poderá ser uma organização de pelegos e neopelegos, isto é, um instrumento do *sindicalismo democrático*, que é o *oposto* do sindicalismo *de classe* pelo qual os militantes sinceros devem lutar.

"CUT pelas bases", então, como proclamam os que pretendem escapar ao cupulismo imperante na pró-CUT ? Tudo bem. Só que isto não passa de palavras ocas, se não se mostra que as tais bases devem ser constituídas por associações operárias *independentes*, não só juridicamente do Estado burguês (como sequer o são os sindicatos "de oposição", "autênticos", etc - seriam estes as bases de que se fala ?), mas também *politicamente e organizativamente* destes agentes da burguesia, que são os dirigentes conclatistas. Em suma, uma "CUT pelas bases" suporia, antes de mais nada, romper cabalmente com a presente articulação da CUT.

A CONCLAT e seus desdobramentos são uma enésima prova de que urge romper com o conchavismo e as articulações de cúpulas, estas taras oportunistas que sufocam o movimento operário, e trabalhar sem estardalhaço e sem concessões para tecer nas lutas do dia-a-dia a organização verdadeiramente classista de que o proletariado necessita para defender-se contra o capital e como plataforma para a luta revolucionária geral pela destruição do capitalismo.

EL SALVADOR As raízes

No número precedente, esboçamos a evolução do campo salvadorenho nos últimos anos, caracterizada pela proletarização acelerada das massas camponesas, fruto de uma rápida transformação capitalista das estruturas agrárias. E vimos que a alma do movimento social que vem abalando aquele país - e, por conseguinte, o alvo principal da repressão estatal e do terror "branco" - são o proletariado agrícola e o campesinato pobre, juntamente com o operariado urbano, cujo movimento analisaremos nesta segunda e última parte do nosso estudo.

O AUGE DO PROLETARIADO URBANO

"A capacidade de mobilização por reivindicações econômicas é crescente e se manifesta em greves e pressões de todo tipo. (...) A combatividade para obter melhores salários é considerável e pode ser vista nas principais greves operárias, de 1974 a 1977" (*Estudios Centroamericanos* (ECA), nº 369-370, pg 588). O auge do movimento operário urbano está estreitamente vinculado com as transformações industriais que, embora sendo embrionária, aconteceram no país.

A porcentagem da população economicamente ativa na indústria baixou de 12,8% a 10% entre 1961 e 1975. Porém, desenvolveu-se um setor industrial mais moderno, que reduz o peso do artesanato industrial, dando nascimento a um proletariado industrial mais concentrado e com maior capacidade de organização e mobilização. Assim, enquanto que em 1960 56% da mão-de-obra na indústria manufatureira trabalhava em oficinas artesanais de menos de 5 operários, *"de acordo com estatísticas correspondentes a 1971, só 99 estabelecimentos (que empregavam 100 ou mais assalariados) geravam 64,5% do valor da produção industrial e empregavam 60,2% dos assalariados industriais"* (*Desarrollo Económico*, nº 77, pg 131).

Este processo de industrialização provocou o auge de um sindicalismo combativo, cuja luta foi exacerbada pela queda do poder aquisitivo dos salários: - 5,5% em 1972, - 2,2% em 1973, - 12% em 1974, - 11% em 1975 e - 4,3% em 1977 (CEPAL, *Estudio Económico de América Latina*, 1977). A conjuntura internacional teve importantes reflexos no âmbito local. *"Todo um setor da indústria - principalmente a têxtil - teve de se transformar para exportar não mais para a área vizinha, mas para os países desenvolvidos, em particular para os Estados Unidos, onde a concorrência com países como Singapura e Taiwan impunham um controle mais rígido dos salários, com todas as tensões sociais que se pode imaginar. Hoje em dia, este país tropical é um dos grandes fornecedores de luvas do mercado americano. Fabrica também uma quantidade considerável de componentes eletrônicos. Suas exportações de produtos manufaturados e de produtos químicos representaram, em 1978, quase a quinta parte das fontes de divisas"* (*Le Monde*, 17.10.79).

As organizações sindicais são, aqui, semiclandestinas, devido ao grau de repressão do movimento operário. *"A luta (...) tem sido muito dura para o setor trabalhista, ameaçado, boicotado, assediado e, em muitos casos, neutralizado pelos sindicatos brancos. A repressão contra seus líderes é constante. Assumiu e assume ainda hoje todas as formas, inclusive o assassinato"* (*ECA*, idem, pg 587).

Quanto a seus objetivos, *"a maioria das reivindicações dos sindicatos são por melhorias no tratamento que recebem nas fábricas, pela demissão de encarregados, pelo pagamento integral dos salários, pelo respeito dos horários de trabalho estabelecidos pela lei e que são prolongados pelos empresários, pelo pagamento das horas extras, etc"* (Ibid, pg 591). O movimento se acelera em 1979: *"Pelo menos 20 sindicatos de empresa pertencentes a diferentes setores industriais deflagaram greves nos primeiros meses do ano. Outros 20 sindicatos decretaram greves simbólicas de solidariedade e apoio às greves ocorridas naquela época. Em muitos casos, os conflitos trabalhistas assumiram formas violentas"* (Ibid.). Tudo isto acontece paralelamente à extensão das organizações sindicais no interior do país.

O proletariado é praticamente obrigado a lutar em condições de ilegalidade. *"Somente 3 greves foram declaradas legais pelas autoridades competentes nos últimos 45 anos. (...) Na realidade, a recente convulsão político-sindical e a violência que a caracterizou teve em muitos casos uma estreita relação causal com este vazio de procedimentos"* (sic), escreve um burguês, para quem a violência resulta de problemas "puramente jurídicos", mas que descreve a situação com clareza. *"Basta um exemplo: o caso do sindicato do INCA, em Santa Ana, que foi submetido a uma fustigação e a um extermínio sistemáticos de seus dirigentes, que culminaram no assassinato de seu secretário-geral, José Guillermo Ricas e na ulterior "execução revolucionária" do proprietário da firma"* (Ibid, pg 596). Outro exemplo da forma violenta que assume frequentemente a luta de classes, inclusive ao nível imediato, é dado por esta notícia do jornal francês *Le Monde* de 23.8.79: *"O diretor americano da fábrica têxtil APEX está detido em companhia de vários membros da direção por uns 20 operários que pedem aumento de salário. Segundo um responsável do Ministério do Trabalho, os autores deste sequestro estão armados com pistolas e armas automáticas. Mais 5 fábricas da capital estão em greve ou ocupadas pelos mesmos motivos"*.

O estado de sítio crônico não fez mais que agravar a ilegalidade de fato da luta sindical.

A violência com que a burguesia tenta impedir a organização e a luta de defesa dos jornaleiros agrícolas, dos camponeses pobres e do proletariado industrial (bem como dos professores) levou estas massas a tentarem se ligar entre si e com as organizações que reivindicam à luta armada contra a ordem estabelecida.

"A FECCAS e a UTC estenderam-se rapidamente e procuraram aliados entre os universitários, os professores, os operários e os moradores das favelas de San Salvador" (*Le Monde*, 27.5.77). O Bloco Popular Revolucionário constituiu-se a partir da coordenação entre a Federação de Trabalhadores do Campo (surgida da fusão da FECCAS e da UTC), a União dos Moradores de Favelas, a Associação Nacional de Educadores, o Comitê Coordenador de Sindicatos (que agrupa 33 organizações sindicais), Universitários Revolucionários e Movimento Estudantil Revolucionário. Este bloco está vinculado às FPL, organização de caráter militar. Já a Frente de Ação Popular Unificada (FAPU) conta com a Federação Sindical FENESTRAS e está ligada às FARN, enquanto que as Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28), implantadas entre os trabalhadores agrícolas e os camponeses, estão ligadas ao ERP.

da violência (2)

A violência e o terror em El Salvador são a consequência direta de uma luta de classe que se origina no terreno primário da defesa das condições de vida e de trabalho das massas proletárias, que arrastam consigo o campesinato pobre. Esta luta atingiu o nível superior da violência e do terror, o que foi, por sua vez, um fator agravante da crise econômica.

A guerra civil e a crise fizeram com que, em fins de 1980, o capital fixo privado tenha caído 48% em relação a seu nível de 1978, enquanto que a queda da produção industrial foi de 10%. O setor da construção civil está semiparalisado desde 1978. Segundo dados oficiais, 20.000 trabalhadores industriais perderam seus empregos no ano passado e outros 15.000 em 1979. Segundo uma pesquisa patronal, as causas fundamentais da redução das vendas está: na situação política (88%), na diminuição da demanda (52%), na falta de financiamento (41%), na escassez de divisas (32%) e no suprimento de matérias-primas (32%). A terça parte das empresas sofreu algum tipo de problema trabalhista, geralmente relacionado com o fator político, sendo frequentes as greves e ocupações de fábricas (*El Día*, 22.8.81).

As exportações caíram 8,1% em 1980 e o preço do café, principal produto de exportação, sofreu uma forte queda no mercado internacional (de 195 dólares o quintal a 122,5 no mês de outubro, com tendência à baixa). Para o próximo ano calcula-se que a produção da rubiácea diminuirá 33%. A queda da produção açucareira (-33%) e da área semeada de algodão (-29%) incidirá não só na entrada de divisas, mas também no número de desempregados no campo. E enquanto que o desemprego afeta atualmente 50% da população economicamente ativa, a inflação é tamanha, que os preços dos produtos básicos de alimentação dobraram de julho de 1980 a princípios de 1981.

UM ELO DA LUTA DO PROLETARIADO MUNDIAL

Do panorama descrito salta à vista que a luta das massas trabalhadoras salvadorenhas é parte integrante das lutas e revoltas do proletariado internacional desencadeadas pela crise do capitalismo mundial e que se estenderam da Tunísia ao Egito, da Turquia à Polônia, da Coréia do Sul ao Peru e ao Brasil. A burguesia salvadorenha, apoiada pelo imperialismo ianque e pelas burguesias latino-americanas, ao situar a luta no terreno da violência e do terror, mostra com clareza que os antagonismos de classe levam inevitavelmente aos afrontamentos armados. As massas trabalhadoras compreenderam a lição e também se colocaram no terreno da guerra civil. Mas a trágica ausência internacional de um movimento comunista verdadeiro fez com que o poderoso impulso das massas trabalhadoras tenha sido canalizado não só pelo stalinismo, pelo maoísmo e pelos herdeiros do castrismo, mas também pela própria Igreja católica, no sentido de uma simples reforma da Ordem burguesa, cujo veículo é a Frente Democrática Revolucionária, como vimos em nosso nº 1.

Que pode oferecer a democracia reformista às massas proletárias ? Unica e exclusivamente aquilo que toda a burguesia mundial oferece à classe operária: uma vaga e enganadora *"regulamentação dos salários, levando-se em conta o custo da vida"*, como propõe a "Plataforma programática do governo democrático revolucionário", isto é, *nada*; e o restabelecimento de uma Previdência Social que todos os capitalismos (democráticos ou não) estão hoje cerceando, nesta época de crise internacional.

Que pode oferecer a democracia às massas sem reservas amontoadas nas favelas (os *tugurios*), além da *"realização de um Plano Maciço de Construção de habitações populares"*, a que estas massas nunca terão acesso, por falta de recursos, como estão cansadas de saber suas irmãs brasileiras já...edificadas pela falácia do BNH ?

Que faria a democracia salvadorenha de diferente da democracia sandinista, que só fez exigir sacrifícios *às massas operárias e camponesas pobres* em nome de um "futuro radioso", a que dever-se-ia sacrificar o presente, apoiando ativamente a classe burguesa ?

A eventual vitória do bloco democrático representaria a tentativa de proporcionar uma nova base institucional e política à dominação burguesa, que seja capaz de integrar as organizações operárias e camponesas nas engrenagens de um Estado burguês reformado. Como diz a "Plataforma programática" da FDR, trata-se de *"fomentar a organização popular em todos os níveis, setores e formas, para (...) conseguir a mais estreita identificação entre o Povo e o seu governo"* - um governo, como oculta a FDR, que só pode ser de uma natureza de classe: *burguesa*.

Hoje em dia, com sua luta multiforme e insurrecional contra a burguesia, o proletariado e o campesinato pobre podem esperar conseguir, graças à força das suas armas e à sua independência, *conquistar* uma maior capacidade e possibilidade de organização e mobilização, em relação às forças da democracia, e arrancar, *contra elas*, o direito de associação e de atividade sindical e política, preparando-se, assim, para combater em todos os terrenos o Estado burguês mais ou menos reformado, a fim de lograr não só os objetivos imediatos da defesa das suas condições de vida e de trabalho, como também a derrubada revolucionária da dominação burguesa e a *instauração da sua ditadura de classe*.

EL PROGRAMA COMUNISTA

nº 38

MAYO - AGOSTO DE 1981

Polonia, punto neurálgico del orden imperialista mundial

Las perspectivas de la posguerra en relación con la plataforma del Partido

El viraje de los Frentes Populares o la capitulación del stalinismo ante el orden establecido (1934-1938) (I)

Trotsky, la Fracción de izquierda del PC de Italia y las "consignas democráticas"

Pedidos para

RENATO DE PLÀ

Casella Postale 962

Milano ITALIA

POLÔNIA Um ponto nevrálgico da

Durante todo o período da transformação burguesa da Europa, a Polônia, por sua situação internacional, ocupou uma posição de vanguarda na luta revolucionária.

Ela foi dividida inúmeras vezes: em 1773, em 1792 e em 1795 entre três grandes impérios, Rússia, Prússia e Áustria; novamente em 1815, após o intermédio de Tilsitt, em que Napoleão criou um grão-ducado da Polônia às suas ordens com o território tomado da Prússia e uma parte das possessões russas. O restabelecimento da Polônia encarnou a reivindicação da unidade nacional. A parte do território polonês integrada à Prússia era essencial para a sobrevivência desta última; por conseguinte, a independência da Polônia era uma condição sine qua non de uma revolução radical na Alemanha, na medida em que esta dependia da derrocada do Estado prussiano. A Polônia fazia parte da Europa avançada, mas permanecia prisioneira da fortaleza russa semi-bárbara; por conseguinte, era um dos alvos principais dos golpes do gendarme tzarista e dos outros esbirros da ordem monárquica. Suas insurreições de 1794, 1830, 1846, 1863, dela fizeram o símbolo da democracia em luta contra o velho sistema feudal. Quando deflagrou a revolução de julho de 1848 na França e os russos decidiram intervir, foram os poloneses que, sublevando-se, impediram na prática a intervenção. E quando Sebastiani, mais tarde, exclamou na câmara francesa que "a ordem reina em Varsóvia", na realidade era toda a Europa que jazia sob a ameaça do *knut*, do jugo russo. Varsóvia era o ponto nevrálgico da ordem vigente, européia e internacional.

Nos albores do século XX, o amadurecimento capitalista da Rússia deslocou o centro revolucionário do leste europeu, de Varsóvia para São Petersburgo. Além disso, o proletariado polonês, pouco numeroso mas extremamente combativo, duramente afetado pela revolução de 1905, da que participou generosamente, foi tomado desprevenido pela vaga de nacionalismo pequeno-burguês, por ocasião da primeira guerra mundial. O proletariado tomou o poder em Petrogrado em outubro de 1917, pos fim à guerra imperialista, sublevou-se em Berlim em janeiro de 1919, mas faltou ao encontro marcado com a História quando o Exército Vermelho de Tukhatchevski, depois de conter a agressão da burguesia polonesa, apoiada pela França e a Inglaterra, e após uma brilhante contra-ofensiva, achou-se ante as muralhas de Varsóvia, em agosto de 1920, e esperou em vão a revolta do proletariado polonês, que lhe teria permitido acorrer em auxílio do proletariado alemão.

Ao estimular o nacionalismo polonês, os Aliados não agiam, claro, por amor à independência da Polônia. Aliás, a própria burguesia polonesa tinha uma idéia muito pouco revolucionária desta independência. Na Posnânia e, sobretudo, na Galícia, ela se tinha integrado aos Estados imperantes e pensava cada vez menos na independência. No reino da Polônia, pela boca do líder da democracia nacional, Dmowski, ela se tinha limitado a pedir ao governo tzarista a autonomia do reino, em troca da qual sufocaria, por seus próprios meios, a revolução na Polônia! No entanto, a guerra e a derrocada dos impérios centro-europeus e do tzarismo provocaram um movimento social que o nacionalismo pequeno-burguês de Pilsudski foi capaz de canalizar. Os imperialismos vitoriosos se apoiaram nos velhos apetites nacionais das classes dominantes polonesas e nas reivindicações destas sobre a Ucrânia e a Lituânia, bem como no ódio mais que legítimo dos operários e camponeses poloneses contra os opressores grão-russos e contra os tzares, apresentando os bolcheviques a eles como uns chovinistas que sonhavam em conquistar a Polônia. Com isto, as democracias imperialistas contavam fazer da independência da Polônia uma máquina de guerra contra a revolução proletária. Se, por um lado, o atraso do proletariado polonês pode ser considerado como um símbolo do atraso revolucionário coletivo da Europa ocidental e central, que deixou a Rússia revolucionária isolada, por outro lado, a derrota do Exército Vermelho ante as muralhas de Varsóvia marca o fim da fase ascendente da grande vaga revolucionária internacional provocada pela primeira guerra imperialista. Também aí, Varsóvia revelou ser um ponto nevrálgico, só que, desta vez, para a revolução proletária.

A POLÔNIA INDEPENDENTE

Se bem que a restauração do Estado nacional polonês tinha um poderoso sentido revolucionário no século XIX, do ponto de vista da destruição da ordem feudal européia, a possibilidade de conservar um pequeno país entre vizinhos tão poderosos, como a Alemanha e a Rússia não podia ser mais que efêmera. Aliás, foi apenas graças à derrota militar da Alemanha em 1918 e à queda do tzarismo sob os golpes da revolução bolchevique que pôde ver o dia um Estado nacional independente. E que Estado "nacional"! Um Estado que detinha como reféns dentro de suas fronteiras minorias nacionais (ucranianos, bielo-russos, alemães, judeus, etc) que representavam mais de 30% da população total! E que "independência", que repousava na fusão do nacionalismo pequeno-burguês e do militarismo polonês, condenados a pôr-se a serviço de Paris e de Londres, e que só se mantinha graças à bênção destas!

Na década de 20, uma revolução vitoriosa ao nível de toda a Europa teria posto fim radicalmente ao problema nacional polonês, eliminando as oposições imperialistas entre a Alemanha e a Rússia, bem como os apetites imperialistas poloneses, por meio da liquidação da classe capitalista e dos proprietários fundiários em toda a região. Mas a revolução foi derrotada. Pior ainda, o Estado proletário na Rússia não pôde manter-se no isolamento trágico em que estava, tendo sido, afinal, vencido e recuperado pelas forças ligadas ao desenvolvimento capitalista na Rússia; e, sob a mentirosa bandeira do "socialismo num só país", o stalinismo fez-se o artífice da sua transformação num "vulgar Estado burguês", segundo a expressão de um...vulgar burguês russo emigrado, Ustrialov.

A partir do momento em que esta transformação foi consumada e que a Internacional foi transformada em simples instrumento diplomático do renascente imperialismo grão-russo; a partir do momento em que a via da revolução proletária foi truncada, a perspectiva de um novo conflito imperialista surgia para um futuro próximo, sobretudo com a eclosão da crise econômica dos anos 30, e a Polônia devia ser um objeto da cobiça dos rapaces alemão e grão-russo, em detrimento dos bandidos inglês, francês e americano. Submetida a uma feroz pressão internacional e presa de uma tremenda crise econômica, a Polônia burguesa levou progressivamente Pilsudski à ditadura militar, depois do golpe de Estado

ordem imperialista mundial (1)

de 1926 - golpe este que, aliás, Pilsudski deu com o apoio de socialistas e comunistas! Naturalmente, as promessas de reforma agrária só foram cumpridas infimamente, mas, pelo contrário, os sacrifícios exigidos à classe operária não demoraram nem um pouco a serem levados à prática! E os ziguezagues da Polônia burguesa entre a Rússia e a Alemanha, através de pactos de não-agressão firmados a torto e a direito, não impediram que ela aproveitasse o desmembramento da Checoslováquia por Hitler para apoderar-se da Silésia de Terschen no dia 30 de setembro de 1938.

O EIXO STALIN-HITLER

Naturalmente, o amor das democracias ocidentais pela Polônia não resistiu ao pacto germano-soviético e à divisão em dois do país ao longo da linha formada pelo rio Bug, em setembro de 1939, entre a Alemanha e a Rússia. Por todas as suas implicações, a invasão da Polônia, no dia 1º de setembro de 1939, dava o sinal de partida para um conflito mundial generalizado, mas os franco-ingleses nada fizeram para aliviar a pressão militar alemã sobre a Polônia, que caiu após um mês de resistência. O fato de que a intervenção russa na Polônia, dia 17 de setembro, teria sido levada a cabo a fim de "proteger os ucranianos e os bielo-russos" faz parte das mentiras diplomáticas habituais. Os stalinistas, que depois da ruptura do pacto germano-soviético em 1941 inventaram de cima a baixo uma mitologia de resistência antialemã, fruíram tranquilamente dos frutos da conquista e colaboraram ativamente com seus companheiros nazistas na divisão do país.

Em março de 1940, funcionários da Gestapo encontraram uma delegação do NKVP (serviço secreto russo) a fim de elaborar um plano comum para a repressão das organizações clandestinas polonesas. As consequências desta colaboração se verificarão, do lado alemão, na bestial campanha anti-semita, que culminou na destruição do *gueto* de Varsóvia, em maio de 1943, e na exterminação de 300 mil de seus habitantes. Mas, também, do lado russo, na deportação e na desaparição de centenas de milhares de pessoas e, em particular, no massacre de Katyn, onde foram descobertos milhares de cadáveres de oficiais poloneses abatidos com uma bala na nuca.

Todavia, esta colaboração não se limitou a que cada um se desembaraçasse de seus inimigos internos em sua zona de ocupação, o judaísmo do lado alemão, o nacionalismo militarista do lado russo. Em 1944, apesar do estado de guerra entre eles, os ex-aliados russo e alemão empenharam-se por cima da frente de guerra em uma operação policial conjunta contra a Comuna de Varsóvia, que se insurgira contra o ocupante alemão, renovando, assim, a aliança franco-alemã contra a Comuna de Paris de 1871. À chegada de uma das colunas de Rokossovski à vista de Varsóvia, enquanto os aliados ampliavam sua cabeça de ponte na Normandia, a população de Varsóvia se subleva, no dia 1 de agosto, às 17 horas. Segundo a historiografia oficial (a ocidental para vangloriar-se dela e a stalinista para condená-la), a insurreição teria sido decidida de Londres pelo governo de Mikolajczyk. Ao início, a população operária estava armada apenas com coquetéis Molotov, granadas de mão e revólveres para enfrentar as tropas motorizadas e blindadas da Wehrmacht, das que, após 8 dias de combate, arrancou o centro, o leste e o sul da cidade. Enquanto que, sob o canhoneio dos tanques Pantera e Tigre e o incêndio sistemático dos bairros operários, numa matança em regra da população, se esperava a chegada dos russos, as tropas de Rokossovski acampavam na margem direita da Vístula.

Enquanto a BBC dá notícias sobre a insurreição, a rádio de Moscou silencia. Somente no dia 4 o PC stalinista dá ordem a seus partidários de se unirem à revolta. Apesar de todas as exortações de Churchill para que conquistasse Varsóvia, Stalin recusa secamente, fiel ao princípio de que só os mortos deixam de ser inimigos e deixando aos nazistas a tarefa de massacrar os insurretos. No dia 17 de agosto, enquanto a Comuna agoniza, os alemães lançam uma ofensiva infernal, arremessando 70.000 homens contra os bairros defendidos pelos operários, suas mulheres e seus filhos, que ainda esperavam as tropas russas. Em vão! Estas só chegarão três meses depois da matança...

No dia 3 de outubro, após 63 dias de heróico combate, os últimos defensores da Comuna se rendem. Contam-se pelo menos 15 mil mortos nos bairros destruídos. O que sobra da cidade é arrasado e o resto dos habitantes são deportados.

Aparentemente, a recusa de Moscou a ajudar os insurretos se explicaria por seu desejo de desembaraçar-se das forças políticas ligadas ao governo de Londres, a fim de deixar o terreno livre para o governo pró-soviético de Lublin. Todavia, é evidente que a ocupação militar do país já garantiria a Stalin o controle daquelas forças. Por outro lado, o apoio de Churchill à insurreição foi puramente "moral", ao contrário do que ocorreu, por exemplo, no caso da Iugoslávia. À parte alguns lançamentos de víveres, remédios e armas, cuja autorização foi arrancada a Stalin, o primeiro-ministro inglês contentou-se em lançar um apelo oficial a Moscou para que interviesse naquela zona, que correspondia à URSS em virtude dos acordos de Teerã, em que as novas fronteiras da Polônia já tinham sido estabelecidas... Na realidade, para que Stalin ainda pudesse conservar algum prestígio ante os olhos do proletariado internacional, ainda que com risco de perdê-lo ante os olhos dos proletários poloneses, era necessário que não sujasse as mãos com o sangue da Comuna operária de Varsóvia, que, de qualquer modo, alguém deveria reprimir. Foi Hitler quem se nencarregou desta tarefa.

Com a Comuna de Varsóvia, ficou demonstrado que, se no século passado a burguesia tinha se situado numa posição de primeira linha contra a ordem estabelecida, doravante esta posição cabia à classe operária polonesa, embora em condições históricas diferentes.

A FORMAÇÃO DA POLÔNIA MODERNA

A Polônia continua a ser o elo entre o Ocidente e o Oriente. Na lenta gestação das nações européias, a própria existência da Polônia a opunha à extensão do prussianismo em direção ao oriente europeu e dela fez um bastião da civilização européia contra a barbárie oriental. Mais tarde, a burguesia polonesa foi uma vassala das burguesias ocidentais. A Polônia restaurada de 1917-23 representou um ferrolho contra a progressão do Exército Vermelho revolucionário até a Alemanha. A Polônia burguesa continuava comportando-se como um bastião da Europa em relação ao Oriente, só que, então, da Europa imperialis

Um ponto nevrálgico da ordem

(cont. da pg 7)

ta e contra-revolucionária em relação ao Oriente revolucionário. Uma vez que o Estado proletário na Rússia cedeu lugar ao Estado nacional, capitalista e imperialista grão-russo, e que a guerra européia tornou-se inevitável, um Estado polonês vassalo das democracias ocidentais não podia subsistir entre os colossos alemão e russo. Para a sua tranquilidade, os dois bandidos tinham interesse em pôr fim a este bastião isolado dos imperialismos ocidentais, e o choque entre eles o destruiria inevitavelmente. A derrocada dos Estados do Eixo não modificou este fato, mas, através dos acordos de Ialta, generalizou-o a toda a Europa.

O Estado polonês hodierno nasceu em Ialta mediante um brutal "deslisamento" para o Oeste, cedendo Vilna, Brest e Lvov à URSS e tomando a Silésia, a Pomerânia Oriental e o sul da Prússia Oriental à Alemanha, o que acarretou o deslocamento brutal de milhões de pessoas.

Não foi, pois, ele que saiu dividido da ação contra-revolucionária exercida pelos exércitos de Roosevelt e de Stalin sobre o conjunto da Europa, mas o próprio gigante alemão e, com ele, toda a Europa. A unidade da Polônia existe, mas a Polônia é serva. Para escapar a esta servidão, seria preciso que a Europa tivesse a força de abrir um espaço para si entre as duas superpotências imperialistas - os EUA e a URSS -, o que só seria possível adquirindo esta força às custas da África e do Oriente Médio, graças a uma espécie de pilsudskismo europeu, tão impotente quanto o nacional-militarismo polonês do entre-guerra e muito mais contra-revolucionário e antiproletário !

Nesta Europa "polonizada" o Estado polonês continua tendo um papel estratégico imenso. Sendo o Estado mais populoso da frente ocidental da URSS, ele constitui um trunfo do imperialismo russo na corrida travada com o imperialismo ianque pelos armamentos e pela hegemonia mundial. E suas planícies continuam sendo vitais para a passagem dos tanques russos para a Europa ocidental. Isto explica porque a Polônia se acha subjugada pelo "irmão russo", continuando, contudo, ao mesmo tempo, a ser cortejada pelos imperialismos ocidentais, embora em Ialta eles a tenham abandonado ao imperialismo russo. A propaganda ocidental não tem adjetivos bastantes para tachar o "golpe de Praga" e a submissão total dos países da Europa Oriental à vontade russa. Mas, quem incitou Mikolajczyk, líder do governo polonês exilado em Londres e que tinha o apoio dos camponeses, das classes médias, dos ex-resistentes e da Igreja, a fusionar com o governo de Lublin, subordinado à URSS, o que levou todos os partidos - camponeses, democratas e socialistas - a colaborar com um governo em que os stalinistas tinham 14 dos 24 membros; quem, se não os imperialismos inglês e americano ? O efeito do "golpe de Praga" foi, unicamente, o de fusionar todos estes partidos num só. Os imperialismos ocidentais sabem muitíssimo bem, pela experiência do entre-guerra e do verão de 1944, que só uma ditadura, ainda que exercida pelos russos, é capaz de preservar um Estado fraco, como o polonês, de suas tendências centrífugas e protegê-lo contra os sobressaltos de uma classe operária turbulenta.

O "SOCIALISMO" POLONÊS

As almas pias da democracia mundial se compadecem enormemente da classe operária do Leste europeu e, sobretudo, da Polônia, por ter tido que suportar a pretensa "transformação socialista da sociedade".

Uma das grandes desgraças dos operários poloneses teria origem, em particular, na "socialização da agricultura". Na verdade, nos territórios ocupados, os russos fizeram uma reforma agrária destinada a conquistar a simpatia dos camponeses, cedendo-lhes a terra, e que fez com que a Polônia se transformasse no modelo da empresa familiar anã. Em 1948, quando se quis modernizar a agricultura para abastecer as cidades, empregou-se o método das cooperativas e da coletivização forçada, o que fez com que o campesinato se sublevasse contra o regime, logo após receber as tão almejadas parcelas! A catástrofe econômica que disto resultou obrigou o Estado a voltar à pequena exploração. 80% da superfície pertencem hoje a proprietários privados; 61% das explorações têm menos de 5 ha; a maioria dos cultivadores têm mais de 55 anos, já que os jovens preferem as galés industriais ao embrutecimento da parcela familiar. Isto equivale a transformar a agricultura numa espécie de atividade marginal e de aposentadoria dos trabalhadores idosos, e explica claramente a baixa produtividade e a falência total da agricultura polonesa, fenômenos estes que o controle administrativo do Estado é incapaz de superar; ao contrário, só os agrava, devido ao seu burocratismo e às vexações cotidianas. Evidentemente, tudo isto nada tem a ver com o socialismo, que levará a cabo a passagem à grande produção mediante a integração progressiva dos camponeses à agricultura socializada através das vantagens técnicas e econômicas, mediante a educação e o exemplo de um trabalho mais produtivo e de condições de trabalho e de vida mais humanas. A submissão da indústria polonesa às leis do mercado não permitia, de maneira nenhuma, estabelecer semelhantes objetivos.

Ninguém falava ainda de "socialismo" quando da lei de janeiro de 1946, que nacionalizou todas as empresas alemãs na Polônia e as empresas de mais de 50 operários que trabalhavam em equipe, lei esta que não fez mais que legalizar uma situação de fato, entregando ao Estado a propriedade de empresas com as que este se tinha encontrado bruscamente nas mãos, devido à fuga de seus proprietários. Para os ocidentais e outros democratas, todas as desgraças da Polônia teriam começado no dia em que a URSS baixou a cortina de ferro sobre a zona de influência que tinha conquistado com as armas, para opor-se ao projeto americano de conquistá-la por meio dos dólares do plano Marshall. Na verdade, os proletários poloneses foram postos para trabalhar mediante um sistema de controle burocrático das empresas, que deveria supostamente evitar que estas tivessem que fazer das tripas coração para reembolsar as dívidas para com os banqueiros ocidentais, e que, também, deveria ser capaz de evitar as lutas operárias.

Não há dúvida nenhuma de que a estipulação central e burocrática de objetivos de produção importada da Rússia stalinista podia revelar-se necessária para a reconstrução das infra-estruturas econômicas do país, ao mesmo tempo que satisfazia as exigências da pilhagem imperialista perpetrada pelo "irmão" russo. No entanto, ela deveria tornar-se um obstáculo para a produtividade e, por tanto, ser sentida como uma simples manifestação da dominação soviética, assim que as empresas tivessem que defrontar-se com o mercado mundial, com agilidade, rapidez de adaptação e, por conseguinte, com o "espírito de iniciativa" exigido pela anarquia capitalista.

À classe operária, foram concedidas um montão de "garantias", para acalmar seus ardores combativos, como a funcionalização dos assalariados, a qual está tão longe da abolição do trabalho assalariado, característica do socialismo, quanto o

imperialista mundial (1)

Estado-patrão o está da centralização das riquezas sociais no socialismo, em que o Estado desaparece como Estado de classe, com sua polícia, seu exército e suas masmorras. No entanto, a política econômica e social só podia compensar as "rigidezes" do aparelho produtivo e os fracos incentivos à produtividade engendrados pelo mecanismo produtivo, instituído mediante um produtivismo tão insuportável quanto ineficaz, à custa de uma pressão inaudita sobre as condições de vida e de trabalho das massas operárias.

O fortalecimento do COMECON e da pseudo "divisão socialista do trabalho" não foi suficiente para compensar a abertura do bloco do Leste europeu às mercadorias e aos capitais ocidentais, mediante uma maior polarização da economia polonesa em torno do pólo russo. Ao contrário, só retalhou o país entre os dois blocos, fortalecendo a coação econômica e política russa de um modo ainda mais vivo, por estar a economia polonesa espontaneamente levada a comerciar com os países ocidentais. A Polônia é, hoje, o país da Europa Oriental que mais depende do Ocidente para a sua alimentação e seu equipamento; ao mesmo tempo, seus intercâmbios comerciais são desequilibradíssimos, dado que não tem o que exportar.

O resultado desta situação é que a conquista dos países da Europa Oriental pelo dólar, evitada em 1947 pelo "golpe de Praga", é hoje levada a cabo, pelo menos na Polônia, que é o país industrializado mais endividado do mundo, em relação às suas exportações ou à sua produção anual. A classe operária é obrigada a suportar, portanto, o peso do mecanismo econômico que deveria supostamente tê-la eximido do trabalho necessário para pagar as dívidas para com os banqueiros; e vai ter que trabalhar cada vez mais, devido ao peso deste endividamento ! Explorada duramente pelo capital nacional e engordando uma ampla camada de burgueses parasitários, que trabalham por conta própria ou que são assalariados do Estado, a classe operária ainda tem que dar duro para pagar a dízima ao "irmão" russo e o censo aos banqueiros americanos, alemães, franceses, ingleses e outros...

Esta situação econômica original explica porque a Polônia é o país industrializado em que a crise econômica mundial teve os efeitos mais imediatamente catastróficos. A Polônia está à beira da bancarrota, e sua quebra ameaçaria o equilíbrio financeiro de todo o sistema capitalista mundial, cuja proteção conta com a solidariedade e a colaboração de todos os bancos e de todos os Estados, tanto do Ocidente declaradamente capitalista, como do Leste falsamente socialista !

Esta situação econômica eminentemente contraditória e explosiva, conjugada com a pressão política, militar e social sobre a classe operária e que determina o fato de que a Polônia continue a ser uma das mais perigosas linhas de ruptura entre os blocos imperialistas, explica porque este país tenha sido, desde a última guerra, palco da mais impressionante série de revoltas operárias já vistas nas últimas décadas. No próximo número, recordaremos estas revoltas, a fim de situar a agitação operária atual na Polônia no contexto da evolução da luta de classes no país desde o fim da guerra.

Hipocrisia militarista

Com grande publicidade dada pela imprensa burguesa, o chanceler Saraiva Guerreiro pronunciou-se na abertura da XXXVI Assembléia Geral da ONU (dia 21.9.81) contra *"a corrida armamentista"* devido à qual *"perdem-se de vista prioridades essenciais para a construção do futuro (...) Centenas de bilhões de dólares são dedicados a atividades na melhor das hipóteses improdutivas, enquanto a cooperação internacional para a melhora das condições de vida dos povos e para a criação de uma sociedade internacional mais justa recebe prioridade secundária, como se os problemas do desenvolvimento devessem ou pudessem aguardar oportunidade mais propícia"* (*Estadão*, 22.9). E por aí vai, empregando os mais bolorentos chavões do pacifismo burguês.

Até parece que o prezado ministro esqueceu que o Brasil já faz parte, desde alguns anos, dos grandes exportadores de material bélico, tendo dado uma preciosa contribuição à tal corrida armamentista que o chefe do Itamaraty hipocritamente condena (pura figura de retórica para a reunião anual dos bandidos imperialistas e seus asseclas) dedicando alguns bilhõezinhos de dólares àquele tipo de *"atividades improdutivas"* verbalmente condenadas por ele. Eis aqui algumas informações a respeito do militarismo brasileiro, colhidas numa matéria do *Jornal do Brasil* de 30.8.81.

"O Brasil vai encerrar o ano com uma marca recorde: é agora o quinto exportador de armas do mundo" - escreve o repórter - *"conseguindo duplicar o bilhão de dólares faturados no ano passado, em um mercado global que gira em torno de 500 bilhões de dólares. A indústria bélica brasileira é composta atualmente por mais de uma centena de empresas que empregam mais de 100 mil operários e técnicos especializados* (e está) *também em quinto lugar como exportador de produtos brasileiros manufaturados. A indústria brasileira de armamentos produz hoje em dia de lança-pontes a lança-foguetes, de canhões a mísseis, de metralhadoras leves e pesadas a tanques de guerra e de blindados a jatos de combate"*. A previsão é de que a partir de 82 o militarismo brasileiro aumentará ainda mais a sua parte na *"corrida armamentista"*, no mercado mundial de armamentos, já que *"produtos bélicos mais sofisticados começarão a entrar no mercado internacional, como é o caso do turboélice de treinamento militar T-27, sofisticado avião em desenvolvimento pela Embraer. E o futuro abre-se ainda mais quando se sabe que nas pranchetas dos técnicos brasileiros estão os planos de um caça subsônico, de corvetas lança-mísseis e de blindados poderosos que entrarão no mercado ainda nesta década"*.

No fim do artigo, o repórter detalha os produtos nacionais da moderna técnica de carnificina, com o mesmo ardor militarista que o Ministro oculta com sua hipocrisia antibelicista.

Como vêem, proletários, não é apenas contra o militarismo das superpotências que devemos lutar mas *em primeiro lugar contra o militarismo da própria burguesia brasileira*, de que acima têm uma pequena amostra. Ele é mais um pesado grilhão que nos escraviza e oprime. Os proletários do Brasil também devem fazer seu o grito de guerra legado por Karl Liebknecht aos proletários de todos os países: *"o inimigo está em nosso país !"*

Ou ditadura ou ditadura

Uma das principais bandeiras hasteadas pelas "esquerdas" brasileiras, como também por suas comadres do subcontinente latino-americano, tem sido a "derrubada da ditadura" e sucessivo estabelecimento de um regime democrático, o qual, com seus Parlamentos, Eleições, Direitos, Liberdades e tantas outras tapeações maiúsculas, seria uma condição indispensável para o desenvolvimento do movimento operário e da luta pelo socialismo.

Não trataremos aqui de *como* as diferentes correntes que atuam no movimento operário vêem a conquista deste objetivo. Aliás, à parte o falido e desaparecido guerrilheirismo, que preconizava a derrubada mais ou menos violenta da "ditadura" por alguma forma de "revolução popular", as demais correntes tornam-se cada dia mais avaras em explicações a este respeito. Que *força* derrubaria esta ditadura que se baseia na força - e na força armada até os dentes, centralizada e disciplinada das instituições militares? Como agiria esta força, através de uma insurreição violenta, de uma guerra civil ou, no outro extremo, de uma simples atuação parlamentar baseada em eleições convocadas por *esta própria "ditadura"?*

Nenhuma destas perguntas tem uma resposta nítida, e a tal "derrubada da ditadura", da qual ressurgiria o fênix da democracia, identifica-se cada vez mais nitidamente com uma *pacífica e parlamentar reforma política* do Estado atual, que permaneceria intocado em suas estruturas essenciais. Em outras palavras, as "esquerdas" apenas colorem com um rosa cada vez mais desmaiado o "auriverde pendão" da redemocratização, levado adiante pelas classes dominantes e seu próprio regime militar.

Veremos, aqui, as importantes questões doutrinárias e históricas que aquela bandeira implica, sobre as quais a classe operária tem que ter plena clareza para poder constituir-se em verdadeira *força autônoma e revolucionária de classe*, isto é, em *partido de classe*. A confusão acerca destas questões teóricas capitais condenaria a classe operária a permanecer, na prática, um mero joguete nas mãos da democracia burguesa.

UMA FÓRMULA FALSA

A simples fórmula de "derrubar a ditadura" já contém a renegação de um conceito doutrinário fundamental do marxismo. Com efeito, para o marxismo, todo e qualquer Estado é a encarnação de um poder político *de classe*, isto é, por sua própria natureza o Estado (*todo* Estado) *é uma ditadura*. Na era em que vivemos, o Estado é a máquina de dominação da burguesia; portanto, qualquer que seja a sua forma - autoritária ou democrática - é uma *ditadura da burguesia*.

Assim, "derrubar a ditadura" só pode ter sentido, hoje, se quiser dizer *derrubar o poder político da burguesia*, ou seja, *destruir o Estado burguês*. Porém, ainda que fosse isto que os nossos revolucionários quisessem dizer (e *não* é), a fórmula seria teoricamente falsa e também acarretaria um grave dano à preparação revolucionária do proletariado. A fórmula "derrubar a ditadura" em geral (equivalente, pois, a derrubar o Estado em geral) ocultaria que a luta pela emancipação política do proletariado deverá passar obrigatoriamente pela destruição revolucionária do Estado burguês *e por sua substituição pelo Estado (ditadura) do proletariado*, fase transitória inevitável para a sociedade sem classes e, portanto, sem Estado.

Mas a verdade não é que nossos esquerdóides empregam de modo incompleto esta fórmula; não. Em vez de ser o próprio conteúdo da dominação de uma classe sobre as demais (hoje: da burguesia sobre o proletariado e as massas trabalhadoras; amanhã: do proletariado sobre a burguesia, a pequena burguesia e outras camadas possuidoras), através desta *máquina de opressão* que é o Estado, para eles a ditadura é apenas uma forma política do Estado burguês, a forma autocrática que exclui os mecanismos tradicionais da democracia. Impregnados de cretinismo democrático até a medula, eles não vêem (e, o que é muito pior, ocultam aos olhos dos proletários) que a democracia que se implantaria depois de "derrubada a ditadura" *também seria necessariamente uma ditadura*, já que a democracia moderna é, e não pode ser mais que, uma forma política do Estado (= ditadura) burguês.

Em outras palavras, a "derrubada da ditadura" que esta gente preconiza não pode ser nada mais, nada menos, que a substituição de uma forma de ditadura - a militar, autocrática - por outra forma de ditadura - a democrática. E ambas têm o mesmíssimo conteúdo de classe *burguês*. É à "luta" por isto que querem arrastar o proletariado!

OS APÓSTOLOS DA "DEMOCRACIA PURA"

Chegamos a outro ponto capital. Os renegados de todos os tempos sempre tiveram como característica considerar a democracia moderna não como uma forma *exclusivamente burguesa* de dominação de classe (e a forma mais típica e aperfeiçoada desta dominação), mas sim como uma forma política abstrata, que poderia ser utilizada indiferentemente por qualquer classe, em particular pela classe operária.

É a mesma concepção de um Kautsky, que, em nome de uma "democracia pura" desprovida de conteúdo de classe preciso, partia em liça contra a revolução bolchevique, russa e mundial, a qual era abertamente ditatorial e terrorista. Recomendamos com insistência aos que se deixam cativar por aquele "slogan" a leitura de *A Revolução Proletária e o renegado Kautsky* e *Terrorismo e Comunismo*, onde Lênin e Trotski demolem implacavelmente os Kautsky de ontem e de sempre. Nestes textos nossos mestres rechaçam pela enésima vez a idéia de que a "democracia pura", a "democracia em geral", seja um patrimônio comum a todas as classes e, em particular, um patrimônio a ser defendido com unhas e dentes pelo proletariado, afirmando vigorosamente que este tem como programa a *antidemocracia*, isto é, a tomada violenta do poder *para si só*, excluindo todas as demais classes de seu Estado, *ditatorial e terrorista*.

Como já tivemos a oportunidade de recordar em números precedentes, a bandeira da democracia foi historicamente revolucionária como bandeira da luta da burguesia contra o regime feudal. O proletariado participaba ao lado da burguesia nesta luta, colocada no terreno *revolucionário* (quer dizer, da oposição frontal, intransigente e subversiva contra o Estado feudal, tendendo à guerra civil contra as classes feudais), porque a vitória da burguesia e do capitalismo não constituía apenas um gigantesco passo adiante na história, como também e sobretudo forjava as bases do desenvolvimento da luta de classes moderna. Mas esta vitória da burguesia sobre o feudalismo tem um duplo conteúdo: a ditadura que a burguesia estabelece não está dirigida só contra as velhas classes dominantes, mas também contra a nova classe proletária. Assim, uma vez consolidado seu poder sobre os escom-

do proletariado, da burguesia

bros da sociedade feudal, a democracia perde seu conteúdo revolucionário e só conserva o segundo aspecto: o de ditadura sobre o proletariado. É preciso dizer que, a partir daí, o proletariado já não tem porque apoiá-la e que deve dar-lhe um combate sem trégua, combate que, aliás, já travava enquanto caminhavam juntos na revolução antifeudal? Chamar a lutar por ela como fazem as "esquerdas", é portanto trair a classe operária e desviá-la de seu rumo histórico,que é diretamente antiburguês e, logo, antidemocrático.

Renegando a doutrina de classe, que verbalmente reivindicam, os apóstolos modernos da democracia pura, em perfeita sintonia com os renegados de todos os tempos apresentam e justificam a luta pela democracia como uma condição da luta pelo socialismo.No fundo, é porque comungam com a velha concepção reformista de que o socialismo é o resultado do desdobramento da democracia.Esta posição levou-os, naturalmente , a assumir uma posição de primeira linha na sua defesa, inclusive física (veja-se a Alemanha de Ebert, Scheidemann e Noske),*contra a revolução proletária.*

Os democratas puros de hoje, que fazem seus aqueles mesmos postulados, necessariamente trairão amanhã a revolução proletária, se não se tornarem diretamente seus verdugos.

A "DEMOCRACIA PURA" NA AMÉRICA LATINA

Se ao nível geral da história humana e universal, a democracia desempenhou um papel revolucionário em relação ao feudalismo, seria pura metafísica deduzir desta análise geral que ela deva representar sempre em todas as áreas históricas e em todas as épocas, este mesmo papel. Na própria Europa, continente clássico da democracia e do capitalismo, e na própria época em que a revolução democrática ali se encontrava na ordem do dia, ela não o desempenhou sempre, como o prova o exemplo alemão. Na realidade, à medida que o modo de produção capitalista se expande, até sufocar o planeta, as forças da democracia vão perdendo sua potencialidade revolucionária, pois são cada vez mais absorvidas pelo imperialismo. As revoluções democráticas, que ainda são levadas a cabo em certas áreas, são cada vez menos radicais e chegam sempre mais rápido a um compromi o com o imperialismo. Ante a impotência da burguesia e da pequena burguesia alemã, Marx já havia tirado a conclusão válida não apenas para a Alemanha, mas para todo o mundo: *"Só o proletariado pode levar a revolução democrática até o fim"*. A história brasileira, como de toda América Latina confirma plenamente esta asserção.

As burguesias latino-americanas nunca foram capazes do que Marx chamava o ato máximo do heroísmo burguês: a guerra nacional. Quando a burguesia chamou"o povo" a *empunhar as armas* contra o imperialismo e seus agentes locais? Não poderia fazê-lo, já que sempre se ligou economica,social e politicamente a este e ao latifúndio! Quanto à chamada burguesia nacional, a única coisa que foi capaz de fazer foram os temerosos intentos reformistas para negociar como o imperialismo uma posição menos subalterna na exploração das massas trabalhadoras. E que outra coisa foram os governos (constitucionais!) dos Arbenz, Perón, Vargas e Goulart, Velasco Alvarado e Allende?

A democracia latino-americana não pode ser mais que o reflexo fiel deste desempenho histórico da burguesia. Em sua versão grã-burguesa, a democracia sempre serviu de biombo para suas manobras com os latifundiários e o imperialismo. Na versão "progressista"da burguesia nacional, deu meio para que esta participasse também das manobras, das quais normalmente estava excluída. Em ambos os casos, foi sempre um instrumento de conservação social e de opressão das massas trabalhadoras. E há que acrescentar-se que, sobretudo no segundo caso, como ilustra a chamada "experiência chilena", a democracia parlamentar foi um poderoso meio para desviar as massas da luta por seus interesses de classe, hipnotizando-as com a trágica mentira de um possível acesso ao socialismo através das escadarias pacíficas e graduais da Câmara dos Deputados e do Senado. Com isto, abriu caminho , não ao socialismo, mas ao "pinochetazo", que pôde dar livre curso a seu furor contra-revolucionário sem encontrar nenhuma resistência séria, precisamente porque as massas estavam em pleno transe democrático.

Quanto à pretensão, repetida nauseantemente, de dar uma base "popular revolucionária" ao parlamentarismo burguês, apoiando-o no campesinato e nas"camadas trabalhadoras" em geral, ela parece ignorar o fato de que inclusive os movimentos camponeses mais radicais, como em Cuba, se impuseram e puderam realizar transformações mais ou menos profundas das estruturas agrárias não graças à democracia, mas *sem ela e contra ela*. A história confirma aqui, uma vez mais, uma das grandes lições da Revolução de Outubro: a destruição revolucionária, radical, dos fatores pré-capitalistas no campo exigirá o abatimento da democracia e de seus máximos expoentes, as Assembléias Constituintes; exigirá a ditadura do proletariado que arrastará certamente atrás de si setores significativos do campesinato, mas que também terá que contrapor-se -com a sua ditadura - às inevitáveis oscilações pendulares das"camadas trabalhadoras" pequeno-burguesas entre a ditadura proletária e a ditadura (democrática ou não) da burguesia.

Se a democracia, aqui e em toda a América Latina, demonstrou não apenas sua impotência histórica, como também um papel abertamente contra-revolucionário, que sentido pode ter lutar hoje por ela? Só pode ter o sentido de desviar o proletariado da luta pela destruição do Estado atual e pela implantação de seu próprio Estado revolucionário.

A ABERTURA DEMOCRÁTICA

Entretanto, a cruzada dos nossos paladinos da "democracia pura" não é uma cruzada *anacrônica* pelo fato de perseguir um objetivo já superado historicamente devido à impotência revolucionária das forças burguesas. Esta cruzada está em perfeito sincronismo com as manobras efetuadas *em escala internacional* pela burguesia euro-americana. Com efeito, para prevenir-se contra as explosões sociais, cujo detonador está na crise mundial do capitalismo, a burguesia ocidental vem tratando de substituir os regimes "de exceção" por regimes democráticos. Ela conhece, por experiência, a eficácia da democracia para amortecer os choques de classe, graças à sua intrincada rede de consultas, negociações, colaboração. Ela aprendeu a controlar o movimento operário integrando-o, através de seus representantes oficiais (partidos e sindicatos), na gestão da "coisa pública", do Estado. Só um regime democrático lhe permite colocar em funcionamento todos estes fusíveis e disjuntores que impedem que a tensão da luta de classes provoque o curto-circuito de seu modo de dominação e de explo

(segue na pg 12)

O PT na linha da

Em fins do século passado, abateu-se sobre o movimento operário internacional uma primeira grande vaga oportunista, que revisava o marxismo num sentido reformista e cujo principal teórico foi o social-democrata alemão Eduardo Bernstein. O reformismo bernsteineano fez escola no movimento socialista; com ele identificou-se a nascente burocracia operária política e sindical, que foi degenerando os partidos da Segunda Internacional, que, eclodindo a guerra, desembocaram no social-patriotismo e no social-imperialismo, ao abraçar a defesa da pátria burguesa e imperialista na guerra de rapina, defesa em nome da qual levaram os proletários dos dois blocos a matarem-se uns aos outros, em vez de se solidarizarem por cima das fronteiras capitalistas. Depois da guerra, este reformismo social-democrata assumiu o papel de cão de guarda do Estado burguês e de carrasco do movimento operário revolucionário, massacrando o proletariado insurreto da Alemanha e seus líderes espartaquistas, bem como o movimento operário revolucionário da Hungria. Desde então, a social-democracia é uma força irreversivelmente contra-revolucionária, do mesmo modo que o é a teoria reformista que a corrompeu e a arrastou para o campo de classe burguês.

Em poucas palavras, a essência da teoria reformista, veículo da subordinação do movimento operário à democracia burguesa é a seguinte. Para chegar ao socialismo - logo, à sua emancipação -, o movimento operário não precisava mais tomar o caminho revolucionário da destruição violenta do Estado burguês e da subsequente instauração da sua *ditadura de classe*; devia ao contrário, tomar o caminho das reformas políticas, econômicas e sociais, obtidas graças à "pressão" eleitoral e parlamentar e que lhe permitiria ir conquistando *progressivamente* o poder nos diversos níveis da sociedade, até fazer com que, a partir destas "ilhas de poder", o Estado pendesse a favor do movimento operário e do socialismo, e acabasse eleitoralmente conquistado.

Ou seja, é exatamente o que apresenta, como objetivo do PT, seu principal "ideólogo", Francisco Weffort, numa entrevista ao *Em Tempo* nº 139. O professor petista identifica-se a tal ponto com o velho reformismo social-democrata (cujo caráter *contra-revolucionário* recordamos), que chega a empregar praticamente as mesmas expressões de um Bernstein ou do renegado Kautsky."...*nós temos que (...) fazer propostas políticas que permitam aumentar a participação política dos trabalhadores de tal modo que as reformas - e não são outras coisas* (faz questão de sublinhar o ilustre professor - ndr)- *que propomos no momento* constituam degraus sobre os quais podemos ir construindo o caminho que nos leve ao socialismo". Grifamos para ressaltar o linguajar tipicamente bernsteineano. Mais adiante Weffort-Bernstein bate em outra tecla predileta do velho reformismo sócial-democrata: *"Temos que entender que o poder já está colocado em cada luta no bairro, na empresa, na escola, etc.* (e não no aparelho estatal "com seu exército, sua polícia, suas masmorras" - ndr). *Nosso problema então é termos uma perspectiva que nos permita* acumular poder do nosso lado (...) *O problema hoje é saber como nos organizarmos para* alterar a correlação de forças de tal modo a ser possível uma mudança no centro do poder". Igualzinho à célebre expressão de Kautsky (aquele que se tornou o símbolo do renegado e do contra-revolucionário!) sobre *"o deslocamento da relação de forças no seio do Estado"*...

"SOCIALISTAS MUNICIPAIS"

Mas, no PT, não é só o ilustre "marxista universitário" que faz suas as concepções teóricas do reformismo clássico. O jornal *Companheiro* (nº 64, 28.10-10.11. 81) faz suas por sua vez, outra concepção típica do velho reformismo socialista: a do "socialismo municipal". Metendo-se em plena campanha eleitoral, o jornal dedica amplo espaço em suas páginas centrais ao problema do *"poder municipal"* e às *"tarefas do PT"* neste campo.

Ou ditadura do proletariado, ou ditadura da burguesia

(cont. da pg 11)

ração. Além disso, a democracia lhe permite exercer sobre o proletariado aquele efeito hipnótico, de que as *ditaduras abertas* são incapazes. A burguesia brasileira, de alguns anos para cá, vinha pressionando precisamente neste sentido; principalmente depois da explosão operária de 78, a chamada "redemocratização" tornou-se a tônica da atividade política e o objetivo norteador do próprio regime militar, desde a época de Geisel, mas em particular com o governo atual.

A campanha pela "derrubada da ditadura" se insere perfeitamente nesta manobra, e não só leva o proletariado a cair na tramóia da "abertura democrática", como faz de seus promotores os agentes, conscientes ou não, desta manobra contra-revolucionária.

Os revolucionários não podem preparar o proletariado para a revolução fazendo sua a bandeira de luta pela democracia contra as ditaduras. A luta pela democracia já não tem nenhum sentido histórico aqui, já que a democracia nunca poderá ser mais que a ditadura *destas mesmas classes* que hoje estão no poder. O proletariado é a única classe capaz de iniciativa revolucionária, e seu programa não é a garantia de "soberanias populares", como apregoam até à náusea os paladinos da democracia. Ao contrario, seu programa é a tomada violenta do poder para, mediante o exercício *ditatorial* dêste, *reprimir* a burguesia e seus lacaios e *neutralisar* as inevitáveis oscilações das classes intermediárias.

Por isso, ele não pode fazer sua a falsa alternativa entre "democracia e ditadura". A única alternativa que a história lhe coloca é: *ou ditadura do proletariado ou ditadura da burguesia.*

"Os marxistas sempre disseram que quanto mais desenvolvida e mais "pura" for a democracia, mais aberta, aguda e implacável se torna a luta de classes, mais "puras" se manifestam a opressão pelo capital e a ditadura da burguesia. O caso Dreyfus na França republicana, as sangrentas represálias dos destacamentos mercenários armados pelos capitalistas contra os grevistas na livre e democrática República norte-americana; estes fatos e mil outros análogos demonstram a verdade que a burguesia trata em vão de ocultar: nas repúblicas mais democráticas imperam, de fato, o terror e a ditadura da burguesia, que se manifestam abertamente quando os exploradores sentem que o poder do capital periga" (Lênin, *Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado*, 1919).

social-democracia

Decerto, o *Companheiro* descarta *em teoria* a idéia de que *"a conquista de cada Estado e município seria um "acúmulo de forças" para, gradativamente, chegar ao poder central"*, o que considera, simploriamente, como a *"maneira reformista de tratar o poder municipal"*. Claro, afirmar tal asneira em teoria seria grosseiro demais! No entanto, o reformismo está tão arraigado no *Companheiro*, que não conseguem sequer acabar o parágrafo em que o rechaçam verbalmente para reivindicá-lo! Assim, na *segunda frase* após a que citamos podemos ler: *"Não se trata de vender ilusões sobre o que o PT pode fazer no Estado e no Município. Nestes, o que é possível são mudanças* parciais, *reformas mais ou menos radicais. Tudo cairia no reformismo barato se, ao mesmo tempo, as questões municipais e estaduais não fossem tratadas* conjuntamente *com a colocação do programa* nacional. *Só assim fica claro que, para os trabalhadores, trata-se de acumular forças neste momento; mas que este acúmulo não pode ser entendido como a somatória da conquista de cargos parlamentares ou de executivos locais"* (grifos deles). Em suma, rejeita-se o "reformismo barato" pelo reformismo... sem preço, graças ao qual os trabalhadores poderiam "acumular forças" combinando as reformas municipais e estaduais com as reformas a nível nacional.

Mas o problema é que, se o PT pode esperar abiscoitar alguma prefeitura, não acederá, porém, ao poder *central* - o que é uma condição para aplicar as ditas reformas nacionais. Portanto, a tal conjunção do nível local e do nível nacional não se conjuntará, e os "socialistas munipais" não poderão, pois, deixar de cair na "maneira reformista de tratar o problema municipal".

Mas não é só no pretender que os trabalhadores tenham algum interesse no tal poder municipal que os *Companheiros* incidem na velha tradição reformista; também no próprio modo de colocar a "política municipal". Trata-se, banalmente, de fazer um *"exercício de democracia"* consistente na *"definição de prioridade nos investimentos, em que a participação democrática da população organizada será fundamental"*, o qual levaria a esta menina dos olhos de todo reformista que é *"a questão da descentralização dos recursos e do poder"*. Na verdade, este "exercício de democracia" só tem um resultado: desviar a classe operária da questão fundamental da luta revolucionária pelo poder político, cuja sede está no Estado central, que deverá ser destruído para dar lugar à *ditadura do proletariado*, que centralizará autoritariamente o poder e os recursos!

E neste vomitivo mingau municipalista não podia faltar a canela do moralismo administrativo, condimento típico do pior reformismo de ontem, hoje e sempre: *"criar desde já um amplo movimento social pela moralização administrativa e contra a corrupção política (...) contra a corrupção administrativa, o tráfico de influências, o financiamento de candidaturas de prefeitos e vereadores pelos grupos econômicos locais, o roubo e a dilapidação do dinheiro público"*. Puah!

E ainda há quem diga que não há um partido social-democrata aqui...

Reações reveladoras

Em fevereiro de 1977, o presidente da Federação e Centro de Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior, dava a largada para uma série de tomadas de posição dos empresários a favor da redemocratização, as quais foram se tornando cada vez mais insistentes, até transformar-se no verdadeiro credo democrático de hoje em dia. Vale a pena recordar qual foi, então, a reação dos que hoje passam por líderes da classe operária e do "partido sem patrões", pois esta reação é um daqueles indícios que permitem avaliar esta gente e perceber de que lado da trincheira de classe estão. Assim, Benedito Marcílio declarava à Folha, *de 8.2.77:* "...acredito que, de forma conjunta, nós e os empresários podemos colaborar para que haja liberdade e justiça social neste país. Que os empresários e os trabalhadores sejam igualmente ouvidos acerca dos problemas nacionais." *E o Lula, considerando que a posição de Papa Jr. era análoga às teses dos metalúrgicos* " tantas vezes defendidas e inseridas nos anais dos nossos congressos nacionais há mais de dez anos", *declarava que* "os empresários estão sentindo agora um problema que há muito afeta os trabalhadores: a falta de liberdade para reclamar seus direitos". *Como se vê, para estes senhores, empresários e trabalhadores não são forças de classe antagônicas, mas podem caminhar ombro a ombro* colaborando *na vida nacional e na luta por seus direitos...*

Uma querela inter-reformista

... e João Amazonas parte em guerra contra a social-democracia. No nº 2 de *Princípios*, o *"jornalista, constituinte de 1946, dirigente comunista"* (é como se intitula), em suma, o fundador e líder do PC do B, se propõe analisar *"de um ponto de vista crítico a atuação da social-democracia"*, a fim de fundamentar a condenação do PT como *"um partido reformista, da paz social, um partido social-democrata"* (pg 10). Só que, partindo de quem reivindica o stalinismo, esta condenação se fundamenta numa lama contra-revolucionária ainda mais fétida que aquela em que se atolou há quase 70 anos, a social-democracia.

Com efeito, que pode valer a crítica e a condenação desta última, sem a demonstração de que o stalinismo fez seus os mesmíssimos postulados contra-revolucionários da social-democracia, e *aprofundou-os ainda mais*, agregando os princípios e preceitos nacional-populares que João Amazonas apresenta como *"enriquecedores do marxismo-leninismo"* em *Princípios*, nº1? Isto não é simples lacuna. O movimento operário internacional foi destroçado pela *ação conjunta* da social-democracia e do stalinismo, que se afirmou a partir da entronização, em 1926, da teoria do *"socialismo em um só país"*; para reconstituir-se, ele terá que desembaraçar-se da ideologia, dos princípios *e dos partidos e correntes* que, de um modo ou de outro, vinculam-se àquelas correntes contra-revolucionárias. Denunciar uma delas e exaltar a outra equivale a fazer-se o defensor da contra-revolução, a ser, também, um *"instrumento do capitalismo"*, como imputa Amazonas à social-democracia exclusivamente.

Na pena do "constituinte de 1946", a crítica à social-democracia e consequente condenação do PT perdem todo e qualquer valor. Trata-se, apenas, de uma baixa querela inter-reformista, na disputa de uma posição de destaque como *agente da burguesia no seio do proletariado*, posição que Amazonas desempenhou com indiscutível eficácia ao servir de bombeiro das greves do pós-guerra e para o qual Lula e consortes estão muito mais habilitados. Mas não se inquiete, João, para gente desta sua especialidade não haverá desemprego!

Nossa imprensa conta com o seu apoio financeiro

O circo eleitoral já começou !

(cont. da pg 1)

A atual revalorização das instituições democráticas e parlamentares não significa, em absoluto, a recuperação - ou melhor, a aquisição - por elas de um papel central decisivo na luta política. O centro de decisão das grandes questões situa-se nas esferas extra-parlamentares da grande indústria, da alta finança e dos altos escalões do aparelho estatal (civil *e militar*). A reativação do circo eleitoral-parlamentar só tem um significado: ocultar aquele fato irreversível e reavivar, ante os olhos de uma classe operária que ameaça pôr-se perigosamente em movimento, o mito do "poder do povo emanante das urnas", a ilusão de que o picadeiro do Congresso é uma arena onde seus representantes eleitos podem impor os interesses dos trabalhadores, e outras mentiras semelhantes.

o o o

As eleições de 82 serão, sem dúvida, um momento importante da chamada "abertura política", vindo a coroar toda uma etapa desta. Marcarão, evidentemente, o fim de uma fase da vida política, na medida em que assinalarão a transição do regime militar autocrático a um regime democrático, que tem naquelas instituições o seu símbolo. Mas toda esta mudança de fachada não alterará nem um pouco a natureza burguesa, de máquina para a opressão do proletariado, que tem o Estado; tampouco aliviará substancialmente esta opressão. Ao contrário, tenderá a *agravá-la*, como demonstra toda a história recente, tanto do imediato pós-guerra, como dos últimos anos, em que a substituição dos regimes fascistas trouxe consigo o fortalecimento do aparelho estatal e da dominação burguesas.

A participação no circo eleitoral contribuirá, pois, a favorecer esta consolidação da ditadura burguesa detrás da fachada democrática, do mesmo modo que a exaltação da democracia vem dando respaldo à manobra redemocratizadora. É a isto, pois, que concorrem os partidos e correntes "de esquerda", ao se lançarem de corpo e alma na campanha eleitoral.

Na fase histórica em que o capitalismo se acha consolidado, já tendo se tornado um regime plenamente contra-revolucionário, uma questão tática fundamental para os revolucionários está em *como agir para arrancar o proletariado à influência paralisante da democracia burguesa*. Com efeito, a classe operária não poderá tomar o caminho da luta revolucionária contra o capitalismo enquanto não se desembaraçar das ilusões mortais de que pode utilizar, como quer que seja, as instituições democrático- parlamentares como meios de sua emancipação, e que nada tem a esperar de programas econômicos aplicados nos marcos da dominação burguesa: sua emancipação da exploração e da opressão a que lhe submete o capitalismo tem como única via a derrubada da dominação burguesa (fascista ou democrática) e a instauração da sua ditadura de classe. Mais ainda, ela sequer poderá travar eficazmente o combate contra os *efeitos* da exploração capitalista - isto é, a luta imediata de defesa de suas condições de vida, trabalho e luta - se não for capaz de romper com o democratismo, que a aprisiona em seus tentáculos inclusive a este nível, com as múltiplas instituições de negociação e arbitragem, com o método da conciliação e dos acordos feitos fora da luta direta, nível em que tem no *peleguismo democrático* seu principal agente.

Nas condições políticas presentes, no Brasil, determinadas pelo clima da "abertura democrática", cumpre levar a cabo esta tarefa demonstrando à classe que ela não tem nada a ganhar com a substituição do regime atual por uma democracia. O que implica combater intransigentemente a concepção contra-revolucionária, propagada em seu seio pelas "esquerdas", de que ela deve se esforçar pela vitória das Oposições, concepção esta que tira partido do repúdio das massas trabalhadoras aos representantes do regime presente, que lhes é sinônimo de opressão e exploração.

A participação das eleições - ainda que de modo "crítico", para combater o parlamentarismo (coisa que, salvo em alguma proclamação puramente verbal, ninguém de fato se propõe: participa-se mesmo com o objetivo de eleger candidatos, e é só) - impede levar adiante esta tarefa de ruptura com a democracia, condição de posicionar-se, radical e eficazmente, na luta contra o capitalismo e a dominação burguesa. Somente preconizando e praticando o *abstencionismo* - o que, sem dúvida nenhuma, nos deixará numa situação "impopular" - poder-se-á caminhar neste sentido. E um abstencionismo que não signifique, como ocorreu no passado com a proposta do "voto nulo" de certas esquerdas, a recusa de participar *desta* eleição por razões *contingentes* (tais como: não poder apresentar candidatos, etc), mas que signifique o *repúdio do próprio mecanismo e do terreno eleitoral-parlamentar*, quaisquer que sejam as condições em que se desenrolem as eleições, para abraçar a via antidemocrática da luta revolucionária pelo poder, que não se trava nos parlamentos, mas fora deles e contra eles.

o o o

Mas se, ao nível mais geral, a participação nas eleições acarreta o desastroso resultado de fortalecer a dominação política da burguesia sobre a classe operária, reforçando as ilusões e as instituições democráticas, ao próprio nível mais imediato da luta cotidiana o participacionismo tem resultados catastróficos.

Por um lado, centrando os refletores nas eleições de novembro de 82, as "esquerdas" ofuscam talmente os proletarios, incutindo-lhes a expectativa de uma mudança favorável a eles graças ao voto, que contribuirão a uma verdadeira *trégua na luta de classe*. Ou seja, este eleitoralismo desenfreado contribuirá para que se chegue ao mesmíssimo resultado que pretende o patronato com seu "pacto social": a paz social, que lhe permita explorar a classe operária sem maiores transtornos. Só mesmo a conjunção de fatores tremendamente explosivos poderá romper a "paz do trabalho", fatores estes que dificilmente se acumularão, já que a reativação da economia desponta no horizonte. Um bom ano para os patrões, pois!

Por outro lado - e este é um aspecto que terá consequências negativas a mais longo prazo -, em sua febre eleitoreira os grupos de esquerda estão arregimentando os militantes operários que se destacaram ultimamente para lançá-los na disputa de algum tamborete de vereador. Isto é não só um fator de corrupção política destes militantes, mas também um fator que contribuirá duplamente para entravar a organização da classe: seja porque os militantes que se deixarão cativar pelo encanto do circo parlamentar acabarão funcionando, por sua vez, como correias de transmissão do legalitarismo democrático, seja porque roubará à classe aqueles elementos que poderiam estar a serviço da sua luta e da sua organização.

O eleitoralismo constitui, pois, um verdadeiro sangradouro pelo qual escoam as energias da classe. Por tudo isto, conclamamos os proletários a darem as costas ao circo eleitoral, a fim de consagrarem todas as suas forças à preparação e à organização da luta contra o capital e contra a dominação da burguesia, que a reforma democrática visa a fortalecer.